

INTRODUÇÃO

A filosofia analítica da linguagem tornou-se, ao longo do século XX, uma das tendências dominantes da filosofia. Esta assumiu como pressuposto a concepção de que o homem é um ser essencialmente lingüístico, de que os pensamentos estão intrinsecamente ligados à sua expressão na linguagem. Assim, a análise do significado de conceitos, entendidos como entidades lingüísticas, e não como entidades mentais ou metafísicas, passa a ter papel de destaque como forma de elucidar problemas filosóficos. A filosofia se afirma então, não como uma disciplina cognitiva, mas como uma atividade que busca clarificar nossa linguagem.

Neste cenário, a filosofia de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) possui destacada relevância. Seu novo método de fazer filosofia provoca uma guinada no desenvolvimento do pensamento humano. Sua metodologia vai, não apenas contra o espírito científico do século XX, mas também contra toda a história da filosofia. Se em seus primórdios a filosofia estava preocupada em produzir conhecimento sobre a realidade empírica, após Immanuel Kant (1724-1804) o interesse da filosofia estava menos nos objetos do que no modo de conhecimento desses objetos. Se a filosofia de Wittgenstein por um lado pode ser identificada com a perspectiva crítica de Kant, que defende que a filosofia deve se ocupar com as condições para se pensar a realidade, por outro lado promove uma virada lingüística nessa perspectiva kantiana, afirmando que as condições para a representação são regras lingüísticas. Os pensamentos não são entidades mentais ou abstratas, mas sim proposições e sentenças, podendo, portanto, ser completamente expressos na linguagem. A filosofia traça limites para o pensamento, estabelecendo os limites da expressão lingüística. É um conjunto de regras lingüísticas, a nossa gramática, que constitui nosso esquema conceitual, nossa forma de representação.

Num primeiro momento, Wittgenstein afirma no *Tractatus* que os fundamentos da linguagem estavam nos objetos eternos “indecomponíveis”, cujas essências deveriam determinar o espaço lógico de situações possíveis,

estabelecendo limites inalteráveis para aquilo que faz sentido dizer. Posteriormente, numa segunda fase de sua obra, Wittgenstein nega essa idéia e passa a sustentar que, se a linguagem possui fundamentos, eles não são fornecidos por átomos metafísicos, por um suposto objeto simples, mas sim por padrões cambiáveis de atividade comunitária, a nossa forma de vida. A sua proposta defende uma concepção pragmática de linguagem, que deve ser compreendida em seus usos, e não mais referenciando-a a uma essência transcendental do mundo. A gramática é uma parte essencial das práticas humanas, estando, por isso, sujeita à mudanças. Essa gramática constitui nossa forma de representação da realidade, mas não é, ela própria, controlada pela realidade. Ela é arbitrária, dado que não deve prestar contas a uma pretensa essência ou forma da realidade para se legitimar. Essa constatação abre espaço para a possibilidade de outras gramáticas.

É com base nessa idéia de autonomia da linguagem que podemos falar de um relativismo conceitual em Wittgenstein. Esse relativismo baseia-se na idéia de que cada forma de representação estabelece seus próprios padrões de racionalidade, o que implica que até mesmo justificações pragmáticas são inerentes aos jogos de linguagem particulares. “Que espécie de objeto alguma coisa é, é dito pela gramática”¹.

Wittgenstein insistiu ainda que o mais importante em seu trabalho não eram seus resultados específicos, mas sim seu novo método de fazer filosofia, uma prática que nos permitiria caminhar com nossas próprias pernas. Sua metodologia, de fato, suscitou inúmeras aplicações e propostas não previstas por seu autor.

A filosofia analítica que vem se configurando no século XXI parece ter abandonado a pretensão de exclusividade e tem buscado interagir com outras correntes filosóficas e áreas do conhecimento, como exemplo, a ética, a teoria do discurso, a filosofia política, o direito e a antropologia. Essa interação resultou em contribuições bastante interessantes para ambas as áreas, apontando para a capacidade da filosofia analítica de renovar-se e adaptar-se a novas questões, mantendo-se atual. Assim, dada essa abertura, a presente dissertação pretende buscar na antropologia inspiração para um projeto interdisciplinar de análise conceitual.

¹ WITTGENSTEIN, 1999 [1953], §373.

No primeiro capítulo apresento brevemente o projeto analítico, com o objetivo de fornecer um panorama do contexto em que se insere a obra de Wittgenstein. Depois, passo a uma exposição dos fundamentos da segunda fase da filosofia de Wittgenstein, em especial, de sua obra *Investigações Filosóficas*, para demonstrar as transformações que o pensamento do filósofo gerou na filosofia analítica. Tais transformações produzem uma alteração na própria concepção de linguagem, que, se antes deveria espelhar uma estrutura lógica universal, agora passa a ser constituída no uso. As regras de nossa gramática, precondições de nossas representações, estão inseridas em nossa forma de vida, derivam seu sentido e coerência de nossas práticas. A questão da verdade, da correspondência ou não de uma proposição com o ‘real’, passa a ser uma questão pragmática de compreensão do significado. Assim, a linguagem não está mais presa a uma estrutura única, mas sim fragmentada em inúmeros jogos de linguagem, que só podem ser compreendidos dentro do contexto de uma forma de vida.

No segundo capítulo apresento as críticas de Wittgenstein à obra *The Golden Bough* do antropólogo James George Frazer. O diálogo de Wittgenstein com a antropologia prefigura a transformação operada em sua filosofia. Nas críticas à Frazer estão contidas algumas das concepções essenciais para o desenvolvimento posterior da filosofia desenvolvida nas *Investigações Filosóficas*. Dessas observações podemos ainda deduzir um método wittgensteiniano para compreender diferenças culturais.

No terceiro capítulo discorro a respeito de alguns debates, influenciados pela obra de Wittgenstein, sobre tradução de esquemas conceituais e comensurabilidade de formas de vida diferentes.

Por fim, no último capítulo, apresento uma proposta de investigação etnográfica contemporânea, para propor uma filosofia etnograficamente motivada, que pretende utilizar os dados etnográficos para modificar nossas categorias analíticas e, conseqüentemente, nossa forma de representação do mundo.

Se essa proposta parece um tanto afastada das intenções iniciais da filosofia analítica e da obra de Wittgenstein, ela, no entanto, só foi possível pelas aspirações analíticas a compreender a linguagem como forma de explicar o pensamento, e também pelo movimento que a obra do filósofo gerou dentro da corrente analítica, que permitiu que esta tratasse da multiplicidade de usos da linguagem.

Além disso, se um primeiro contato com a antropologia ajudou Wittgenstein a reformular sua filosofia, por que não poderíamos pensar num segundo encontro, agora com uma antropologia que já incorporou muito das críticas do filósofo, e supor algumas conseqüências dessa interação? Acredito que, se a proposta desenvolvida nessa dissertação desafia alguns postulados da filosofia analítica e de Wittgenstein, isso permite, no entanto, alguns *insights* interessantes para uma análise conceitual revigorada.